



DIREITO DE IGUALDADE DA MULHER NA POLÍTICA

Francisca Mauricio da Silva

Anne Sullivan University- ASU, E-mail mauriciofrancisca6@gmail.com

RESUMO: Este trabalho tem por objetivo resgatar o direito a igualdade da mulher brasileira em todos os âmbitos e espaços da sociedade, no trabalho na política e na igualdade de salário, no que se diz respeito à cor e em todos os sentidos a mulher e sempre e desclassificadas, por ser uma pessoa que mais trabalha os e seus direitos não são reconhecidos, mesmo sabendo que já avanços e já se conquistou muitos avanços mas é preciso que a sociedade veja o esforço destas mulheres. As mulheres brasileiras ainda lutam diariamente pelo reconhecimento dos seus direitos nos espaços públicos e privados. Estão em sua maioria, fora do mercado de trabalho ou ganhando menos do que os homens no exercício da mesma função, sofrem diversas tipos de violências domésticas e urbana é como se não bastasse ainda é negada a liberdade sobre o próprio corpo. O reconhecimento dos direitos, sexuais e reprodutivos esta longe de ser uma realidade isso porque todos os direitos são desrespeitados e com este projeto espero que seja visto de forma mais coerente todas as mulheres brasileiras é também seja respeitadas por todos os direitos pois este trabalho tem como objetivo de vê-las realizar os seus grandes sonhos serem respeitados e todas as entidades pois de forma objetiva quero orienta-las e mobilizar toda a sociedade civil. Instituições OGS e ONGS para que juntos, e a comunidade no geral para que todos juntos está atentos sobre todo e qualquer abuso e ou exploração sexual de infanto-juvenis.

Palavras chaves: Mulher, Direito, Igualdade, Respeito, Democracia e Cidadania.

INTRODUÇÃO

Este projeto tem por objetivo resgatar o direito da mulher na atual política como não é preciso irmos muito além do que estar acontecendo com as nossas mulheres se não bastasse a desigualdade, o desrespeito com as nossa mulheres brasileiras, ai vem para completar o momento de transição do cenário político atual oque que depois de tantos e tantos movimentos, chega o momento de se ter que aguentar tudo que os machistas queriam ai estar o grande sinal de desconforto para todas as mulheres aquelas que não medem tempo e nem espaço para que se ganhe seu lugar ou ocupar àquilo que foi conquistado através de muito sofrimento torturas, e até mesmo perca de alguém muito amado oque agora só resta colocar como homenagem desta tudo oque não foi possível vencer pela luta, pelo começo mais que continua viva nos corações daqueles que já não esquecem.

Que a cara ou macha das margaridas em homenagem a uma figura de muita coragem que é em homenagem a essa mulher guerreira, ficou marcado 27 de agosto é a data da sua luta para homenagear aquelas que assim como elas ainda tem a coragem de dar sua vida pela liberdade daquelas que são oprimidas.

Hoje em pleno século XXI ainda estamos bem devagar com relação ao tempo já conseguimos avançar, mais á cada 100 mulher 13 são mulher é morta e quando se busca resultado e muito assustador pelo fato de ser espancada, queimada tudo vítimas de terríveis tudo excluindo por pessoas próximas como, esposas e amantes e namoradas.

Os casos de pedofilia são alarmantes enquanto pesquisadores se obtêm número alto e os maiores percentuais são de adolescentes e a maioria, causando mortes, nestes pais as autoridades pouco tem feito para se combater esse tão grande problema é que das maiores problemas que já



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

atinge á cada 100 mulheres 13 delas são assassinada por dia dos dados estatísticos já se comprovam que nos últimos anos são assustadores e sem contar com os casos de pedofilia que também e uma das grandes problemas já visto as políticas voltada para o atendimento destas mulheres ainda são muito precários, haja visto quando e feito esse atendimento e de forma escondido como se as mulheres não fossem seres humanas e já está mais que na hora fazer algo pra essa categoria tão desprovidas de atendimento adequado para melhorar esse problemática que vem se arrastando ao longo das décadas e hoje não se admite mais um País que não volta para o socialismo o eu o capitalismo.

Mas não pode dar toda assistência necessária em casos de segurança quando é em um caso de abuso, seja sexual, ou físico é feito o atendimento e dependendo do tempo de agressão é feito encaminhamento para o ministério Público mais o que acontece que o MP, é muito lento e muitas vezes tem casos que não podem esperar muito tempo é ai que em primeiro lugar é importante definir cada um desses conceitos já que enormemente são usados , é o papel do homem e da mulher é construído culturalmente como forma de desigualdade antes quando a uma referencia aos dois gêneros homens para definir homem e mulher já hoje tem que fazer referencia meninas e meninos, homens e mulheres, senhores e senhoras.

Mas só as referencias não bastam precisamos de igualdade, dentro da ética profissional e social na política no trabalho e com tudo que temos de direito só para ter ideia quando acontece um chamado para determinadas vagas de trabalho vão ser duas mulheres sendo que a branca quem vai ganhar pela maneira de como é recebida.

JUSTIFICATIVA

Sentindo a necessidade de resgatar o direito de igualdade da mulher na politica. É também conscientizar a sociedade e comunidade em geral para a importância de se criar meios que sejam necessários para se combater a desigualdade social da mulher na sociedade brasileira e também na política é preciso que se usem mecanismos para que se possa ver esse direito garantido sabemos que isso avançou muito, mas ainda não e o autossuficiente: para garantir porque já foi criada a lei Maria da Penha de Nº 11.340/2006, mas também não estar sendo respeitado o suficiente para estes direitos. Até mesmo por que depois dessa lei criada as agressões não só tortura, mais sim morte, as nossas guerreiras são fatos comprovado porque que eles não aceitam serem constrangido ou contrariado é por isso que eles terminam tirando a vidas das nossas mulheres de forma brutal por não se conformarem com a capacidade que as mulheres têm, em qualquer que seja o cargo, seja judicial, supremo, na guarnição diretoria de qualquer que seja empresária, ou defesa social.

METODOLOGIA

Neste campo faz necessário descrever de forma clara e definida, as formas e técnicos que serão utilizadas para, realização deste projeto. Que tem como principal objetivo resgatar o direito de igualdade da mulher na política. E em todos os espaços e entidades da sociedade brasileira e para que a sociedade. Sinto-me reconhecadora destes valores éticos mais cívicos, é preciso que haja empenho pelos representantes que estão à frente das gestões, federais, estaduais e municipais. E que haja reconhecimento por todos aqueles que fazem o trabalho em benefícios do bem comum de uma sociedade que clama por justiça e igualdade de direitos no pais onde se fala de democracia mais direito no pais onde se torne uma realidade é para isso acontecer é preciso se trabalhar muito para



que isso acontecer é preciso se trabalhar muito para isso acontecer é preciso que haja campanha para mobilizar toda a sociedade e comunidade, encontram entidades ONG e ONGS e de tudo que fazem parte de uma sociedade representativa. Mas é preciso o esforço mobilização articuladas, que será o público alvo. Para fazer essas divulgações, as centrais sindicais, os conselhos e em especial, os grupos que apoiam e que desejam o sucesso de classe já que hoje somos 51,5% da população brasileira são mulheres, mais ainda estamos fraquejada no que se refere o direito de igualdade e para isso acontecer é preciso o envolvimento de todas as áreas de conhecimento, educação, saúde e como pode acontecer se fez um cronograma apresentado contendo um rol de palestrantes e com a abertura para debates, exposições de situações e a participação e a partir desta palestra se cria um grupo para coordenar cada ação a ser desenvolvido, tendo o tempo de duração local e área. Quem será o público alvo serão; educandos e educadores, escolas, comunidade e sociedade no todo trabalho realizado será feito um diagnóstico depois montar-se um grupo para apoiar as ações que estão dando certo, como é o caso do Conselho Municipal da Mulher (CMDM) para juntos se fortalecer, o reconhecimento entre as comunidades e os envolvidos.

OBJETIVO GERAL

A realização deste projeto tem como objetivo envolver todas as autoridades da sociedade civil, comunidades, ONGS, para que todos possam combater direito de desigualdade da mulher.

OBJETIVOS ESPECIFICOS

- Procuremos parcerias para juntos lutássemos para combater esse grande fragmento que torna a mulher fracassada dentro do cenário político e onde só o reina a injustiça e desconforto deixando assim ainda mais desequilibrada, as mulheres brasileiras.
- O combate à desigualdade racial, já não era mais para se estiver falando em pleno século XXI, era das tecnologias modernas e avançadas mais com tudo os avanços ainda não foram possíveis se combater. Essa desigualdade que nos atinge e que fez muitas mulheres perderem seus direitos
- Oferecer oficinas para que todas as mulheres conheçam como se defender diante das mãos dos covardes. Onde já podemos oferecê-las o centro de referência da Mulher, só que a mesma que chama a rede de atendimento as mulheres em situação de violência. O que é mais desgastante é por que só é um centro de referência que fica centralizado no bairro São Miguel em Crato. E ai vem os Conselhos da Mulher CMDM e os contatos é 180.
- Reconhecer que esses resultados não serão de imediato, pois já é do conhecimento de que quais todos os denunciantes retiram as suas queixas segundo elas por medo dos agressores e relatando questões financeiras e após uma longa jornada de trabalho.
- Conscientizar a comunidade dos cuidados nas suas localidades formando um tipo de chamamento anônimo Ex: quando tem um agressor, e que a comunidade não pode se aproximar para ajudar usa-se um apito dando os sinais que naquela rua ou casa está acontecendo uma agressão e ai todas as mulheres comecem a apitar e logo chegue socorro.
- Para que esse projeto se torne publico é preciso que toda sociedade e entidades ONG, e ONGS. Tomem consciência das parcerias o quanto é importante e assim possa ter certeza de



que esse projeto se torne publico e também possa ser pesquisado por outros pesquisadores para este projeto possa ser estudo por aqueles que se dedicam a somarem esforços para ajudarem.

RESULTADOS E DISCURSÃO

Buscar meios onde se possam ver os direitos de igualdade das mulheres na política que seja de fato concretizada, pois, enquanto os pesquisadores não veem esses, sendo, colocando todos em prática não ficarei quieta, pois tenho muitas entidades e autoridades que pode e deve está nos ajudando na aprovação deste projeto que é de fundamental importância pra a nossa sociedade pois, já tenho sofrido na minha própria pele .

Hoje venho respeitosamente fazer um apelo a todas as que fazem parte da sociedade na aprovação deste projeto para que se trabalhe dentro dos fundamentos da igualdade de direito da mulher na politica brasileira resgatando de forma geral os valores éticos e morais de uma sociedade que clama por justiça, liberdade e igualdade de valores.

Esperamos que o resultado deste projeto apresente como uma experiência que está presente na vida das mulheres. E que os homens se sintam parte quando não reconhecem a sua responsabilidade e não compreendendo os seus deveres.

Uma pesquisa comprovada através de entrevista foi recolhida resultado extremamente absurdo. As mulheres entrevistadas foram entre 18 e 32 anos 66%. 9,5% identificaram-se como negras pardas ou morenas. A maioria destas mulheres, 57 % não concluíram o ensino fundamental e 80% não tem carteira assinada e que realizam algum tipo de trabalho recebem nessa condições de trabalho que o salário mínimo e de 51% das entrevistadas são solteiras 28% tem companheiros e o abandono de companheiros são de 22% e o que é mais chocante e que elas comentam que não tiveram orientação médica.

Eu como pesquisadora que sou, me sinto na obrigação de fazer este projeto e pedir ajuda a todas as autoridades competentes pra que pense em um modelo de politica de atendimento para essa classe que está em situação de abandono pelas autoridades competentes, pois já não se admite ver tantas vidas sendo tiradas pré-consciente.

Hoje já é uma polêmica a nível mundial no que se refere ao campo da politica, sabemos que são 30% dos acentos do senado, e do congresso nacional e nos municípios. Só que isso é só no papel, isso é verídico, pois é menos de 3% que ocupa esses cargos na politica brasileira.

Eu decidi fazer este projeto para pedir as autoridades o apoio para que esses direitos de igualdade da mulher na politica já fosse pensado desde o momento atual já que está no processo de transição no cenário político.

Outra pesquisa realizada pela ONU em 2011 revela: “Em escala global, regional e local, a liderança das mulheres e sua participação política estão comprometidas. As mulheres estão sub-representadas como eleitoras e em posições de liderança , seja em cargos eletivos , de serviços públicos, no setor privado ou na academia. Isso ocorre apesar de suas habilidades comprovadas como líderes e agentes de mudança, e de seu direito de participar igualmente na governança democrática.



As mulheres enfrentam dois tipos de obstáculos à participação na vida política. Os obstáculos estruturais, por meio de leis e instituições discriminatórias, ainda limitam as opções das mulheres de votar ou concorrer a um cargo. Em linhas gerais, o imaginário determina lacunas de capacidade que significam que as mulheres são menos prováveis do que homens de ter a educação, os contatos e os recursos necessários para se tornarem líderes eficazes.

Como destaca a Resolução de 2011 sobre participação política das mulheres da Assembleia Geral da ONU, “mulheres em todas as partes do mundo continuam a ser marginalizadas na esfera política, muitas vezes como resultado de leis discriminatórias, práticas, atitudes e estereótipos de gênero, baixos níveis de educação, falta de acesso à saúde e também pelo efeito desproporcional da pobreza nas mulheres”.

Individualmente, algumas mulheres têm superado esses obstáculos com grande sucesso, e muitas vezes para o benefício da sociedade em geral. Entretanto, para as mulheres como um todo, o acesso à liderança e participação política deve ser nivelado, abrindo oportunidades para a igualdade.

A participação das mulheres nos espaços de poder e tomada de decisão continuará a ser uma prioridade, especialmente para apoiar grupos sub-representados, tais como afrodescendentes indígenas e mulheres jovens. Em parceria com a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), a ONU Mulheres vai organizar “capacitações políticas”, como parte do programa “Mais Direitos, mais poder para Jovens Mulheres Brasileiras”, financiado pelo Fundo Fiduciário Temático de Governança Democrática do PNUD. Informações sobre o programa sub-regional “Jovem Mulheres Cidadãs” serão sistematizados com o apoio do Escritório Regional. “Por fim, a ONU Mulheres pretende desenvolver, por meio de um processo participativo, um programa para o empoderamento das mulheres indígenas para fortalecer sua liderança e participação política no país.”

Em uma entrevista realizada pela TV Brasil com a diretora da ONU MULHERES, que defende maior participação das mulheres na política. Ao defender mais espaço para a mulher na política, Phumzile disse que a sociedade precisa mudar para reverter a situação de desigualdade enfrentada pelas mulheres. “O que se exige do líder de um país? Honestidade, integridade, amor ao seu povo e dedicação ao serviço. Esses atributos são tão fortes na mulher quanto no homem. O homem não tem o monopólio desses atributos” disse. “Não digo que todos os homens são maus e todas as mulheres são boas [no poder], mas como tivemos poucas mulheres no governo ainda não descobrimos a força da mulher”.

Phumzile lamentou que o Brasil, apesar de ter uma mulher na presidência, tenha poucas mulheres nos espaços políticos. Segundo Phumzile, a América Latina tem cinco dos dez países que mais se aproximam da igualdade de representação entre homens e mulheres nos espaços de poder. “O Brasil não é um deles. Ele é um dos quatro países no final da lista, que tem cerca de 10% de representatividade feminina [na política]. É ainda menor que a média global de 22%”, lamentou. “A brasileira tem que ir a urna e votar em mulheres”.

A diretora-executiva da ONU Mulheres destacou que somente com o esforço conjunto de líderes políticos e da sociedade vai ser possível alcançar a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres e meninas, prevista nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, que substituem os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, vigentes até o fim deste ano.



Segundo Phumzile, nos últimos 20 anos houve uma série de avanços, em decorrência dos acordos multilaterais que contribuíram para a redução da desigualdade entre homens e mulheres. “Na África, a educação das meninas muda a qualidade de vida delas, reduz casos de HIV e melhora a saúde das mães”, disse.

No caso do Brasil, ela destacou que as ações para diminuir a pobreza, com programas de transferência de renda, como a Bolsa Família, focados nas mulheres, tiveram um impacto positivo no empoderamento das mulheres. “Sabemos que se a mulher tiver oportunidades e empoderamento econômico ela poderá se afastar de homens e parceiros abusivos”.

Segundo Paulo Silvino Ribeiro: Nesse sentido, o maior número de candidaturas pode ser associado a uma maior emancipação feminina, o que não deixa de ser fato quando avaliamos as mudanças e transformações pelas quais o papel da mulher brasileira passou, mas não se resume a isso.

Mesmo assim, segundo o site da Câmara dos Deputados federais, um estudo da União Interparlamentar, ligada à Organização das Nações Unidas (ONU), colocou o Brasil em 120º lugar em um ranking da proporção de mulheres nos parlamentos, o que significa estar atrás de países islâmicos como Paquistão, Sudão e Emirados Árabes Unidos.

O papel social da mulher e sua posição na sociedade brasileira ainda são permeados de contradições. Em termos quantitativos, basta analisarmos alguns dados apresentados pelo governo, observando-se que a participação das mulheres na Câmara dos Deputados é de 9% e, no Senado, de 10% do total. Além disso, o número de governadoras de estado também ainda é muito pequeno.

Falar em diferenças comportamentais entre homens e mulheres no exercício de alguns cargos e funções trata-se de algo bastante relativo, pois aspectos como questões morais não necessariamente manifestam-se de forma diferente a depender do sexo. Assim, bom governante é aquele que tem compromisso com a democracia e com a coletividade, seja homem ou mulher.

CONCLUSÃO

Por fim evidentemente incorporar gêneros de maneiras transversais na escola é única responsabilidade de se ampliar o debate, conhecer que existem relações desiguais entre homens e mulheres. A linha do tempo destaca os momentos históricos de mudanças feministas nos espaços de poder. Este fato ocorreu num momento em que o estado brasileiro ainda não havia sido criado, pois se dá antes da proclamação da independência, no ano de 1822, quando a princesa do Brasil Maria Leopoldina de Habsburgo, pela primeira vez exerceu a regência do país na ausência de D. Pedro que se encontrava em São Paulo.

Este é um momento histórico para as mulheres porque significou uma mudança na esfera do poder quando uma mulher da elite sediou o mais alto cargo do país. Por que reconstruir estas memórias? Pela preocupação de retirar das sombras as figuras femininas e mostrar que as mulheres estiveram presentes na história brasileira. É dever de todos a memória das mulheres na luta coletiva conta o machismo e o racismo contra as diversas de todas as áreas de conhecimento educacional, saúde e como pode acontecer se fizer um cronograma que será apresentado contendo um rol de palestrantes e com abertura para debates e exposições, de situações e a partir daí destas palestras se cria um grupo para coordenar cada ação a ser desenvolvida. Tendo tempo de duração, local e



horário. Quem será o público, educandos e educadores, escolas, comunidades e sociedade no todo. Depois de todo trabalho realizado será feito um diagnóstico e depois manter-se uma equipe para apoiar as ações que estão sendo desenvolvidas como o caso do CMDM, para juntos se fortalecer o reconhecimento entre as comunidades envolvidas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, J.E.D. **Paradoxos da participação política da mulher no Brasil**. 2007. 15fl. Disponível em http://www.prt18.mpt.gov.br/eventos/2007/mulher/anais/artigos/jose_eustaquio.pdf. Acessado em 20/09/2012.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. 10ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

ALMEIDA, Tânia Mara C. de e BANDEIRA, Lourdes. **Políticas públicas destinadas ao combate da violência contra as mulheres – por uma perspectiva feminista, de gênero e de direitos humanos**. In: BANDEIRA, Lourdes.

ALMEIDA, Tânia Mara et. Ali. (ogs.). **Violência contra as mulheres: a experiência de capacitação das DEAMs da Região Centro-Oeste**. Brasília, Cadernos AGENDE, No. 5, dez/2004.

BANDEIRA, Lourdes. **Fortalecimento da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres: Avançar na transversalidade da perspectiva de gênero nas políticas públicas**. Brasília: CEPAL/SPM, 2005.

BARSTED, Leila de A. Linhares. **“Mulheres, direitos humanos e legislação: onde está nossa cidadania?”** In: SAFFIOTI, dos Tempos- NIPAS/UNICEF, 1994. p. 231-270.

CARLOTO, Cássia Maria. **Políticas Públicas, Gênero e Família**. In: http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c_v5n1_

FARAH, Marta Ferreira Santos. **Gênero e Políticas Públicas**. Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas. Estudos Feministas, Florianópolis, 12 (1): 47-71, janeiro-abril/2004.

FARAH, Marta Ferreira S. **“Gênero e políticas públicas na esfera local de governo”**. Organizações e Sociedade, 2003.

INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO. Pesquisa IBOPE – **Mulheres na Política**. 2009. Disponível em http://www.defensoria.sp.gov.br/dpesp/Repositorio/41/Documentos/pesq_mulherepol.pdf. Acessado em 25/01/2013.

MATOS, M. **Paradoxos da incompletude da cidadania política das mulheres novos horizontes para 2010?**. 2009. Disponível em <http://opiniaopublica.ufmg.br/biblioteca/marlise.pdf>. Acessado em 20/09/2012.

PNUD. **Relatório do Desenvolvimento Humano. Sustentabilidade e Equidade: um futuro melhor para todos**. 2011. <http://hdr.undp.org/en/reports/global/hdr2011/download/pt/>. Acessado em 20/01/2013.



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

VAZ, Gislene de Almeida. A participação da mulher na política brasileira: **a lei de cotas. Monografia apresentada para o curso de Especialização em Processo Legislativo.** Câmara dos Deputados. 65fl. 2008.

MASSALLI, Fabio. Entrevista com; Phumzile Mlambo-Ngcuka. **Maior participação das mulheres na política.** Disponível em <http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2015-12/diretora-da-onu-mulheres-defende-maior-participacao-feminina-na>. Acessado em 24/05/2016

ONU, **Mulheres.** Liderança e Participação Política. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/areas-tematicas/lideranca-e-participacao>. Acessado em: 24/05/16

